

procedimento sumaríssimo

↳ o procedimento sumaríssimo é aquele que diz respeito aos Juizados Especiais cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública.

importante → os Juizados foram instituídos com o objetivo explícito de criar meios p/ diminuir a litigiosidade contida, ou seja, conflitos que não chegam ao Poder Judiciário e que, por isso, constituem fatores de crescente insatisfação social das pessoas e possível deterioração das relações.

Juizado Especial Cível ^{ESTADUAL}: são atribuídos à esses Juizados as causas de até ~~20~~⁴⁰ salários mínimos, anotando especificamente a regra de causas de menor complexidade.

A participação do advogado em causas de até 40 salários mínimos não é obrigatória, pois a própria parte detém essa capacidade postulatória.

importante → ficam excluídas da competência do Juizado as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas.

→ competência: continuam as do art. 275, II, CPC/73

→ Em relação às pessoas, somente as consideradas capazes é que podem reclamar perante o Juizado. As empresas, como regra geral, não podem reclamar nos Juizados Especiais, salvo as microempresas e empresas de pequeno porte.

→ Não poderão ser partes: o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, massa falida e insolvente civil.

↳ neste tipo de procedimento não é possível a intervenção de terceiros.

→ Juizado Especial Cível Federal: é competente

___/___/___
p/ julgar e processar causas em que o valor seja de até 60 salários mínimos.

↳ não há limite p/ dispensar a atuação do advogado, podendo a parte praticar os atos do processo sem a presença de advogado até a sentença, nas causas de qualquer valor.

↳ podem ser autores as pessoas físicas capazes e as microempresas e empresas de pequeno porte.

↳ podem ser réus a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.